

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Poço Fundo S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....	3
SEGURANÇA DE BARRAGENS	5
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	8
BALANÇOS PATRIMONIAIS	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	16
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	16
2. BASE DE PREPARAÇÃO	17
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	19
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	20
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	21
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	21
7. IMOBILIZADO.....	22
8. INTANGÍVEL	25
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS	27
10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	27
11. FORNECEDORES.....	29
12. TRIBUTOS.....	30
13. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	31
14. PROVISÕES.....	31
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
16. RECEITA.....	33
17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	34
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	34
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	35
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	36
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	37
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	42
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A CEMIG GERAÇÃO POÇO FUNDO

A Cemig Geração Poço Fundo S.A é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, subsolo 1, sala 7, Bairro Santo Agostinho e tem por denominação social a produção e a comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 139.085 mil (R\$ 97.162 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 139.084.895 (cento e tinta e nove milhões, oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco) ações ordinárias (97.161.578 em 31 de dezembro de 2021), nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um lucro de R\$ 10.467 mil em 2022, em comparação a um lucro de R\$2.780 mil em 2021. O resultado de 2022 já é, em parte, resultante da operação e manutenção da Pequena Central Hidrelétrica “PCH” Poço Fundo. A ANEEL anuiu, em 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig GT para a Cemig Geração Poço Fundo.

Receita operacional

Em 2022 a Companhia passou a ter receitas decorrentes da operação e manutenção da PCH Poço Fundo. A receita operacional líquida, em 2022, foi de R\$14.720 mil (R\$7.504 mil em 2021).

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 4.605 mil em 2022 (R\$6.263 mil em 2021).

Diferente de 2021, onde em virtude do início das operações na PCH Poço Fundo, a Companhia incorreu em custos com compra de energia elétrica no montante de R\$5.808 mil em 2021, em 2022 houve uma redução expressiva em 2022 de 86% (ou R\$2.976 mil) totalizando em 2022 o valor de R\$2.832 mil.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$ 1.001 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R\$ 11.468 mil antes dos efeitos fiscais, representando 8,73% de alíquota efetiva. Comparativamente, no exercício de 2021, a Companhia apurou o montante de R\$ 508 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R\$ 3.288 mil antes dos efeitos fiscais representando 15,45% de alíquota efetiva.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2022, o LAJIDA foi positivo em R\$ 10.378 mil (R\$2.841 em 2021) conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2022	2021	Var. %
Resultado Líquido	10.467	2.780	276,51
Despesa de IR e CS	1.001	508	97,05
Depreciação/Amortização	263	118	128,88
Resultado Financeiro	(1.353)	(565)	139,47
LAJIDA	10.378	2.841	265,29
Margem Lajida -%	70,50%	37,86%	

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2022, a Cemig manteve o foco em ações que promovessem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos PLANCONs - Planos de Contingência dos municípios correlacionados. Continuamente ao ano de 2021, os trabalhos foram feitos com as COMPDECs-Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil e foram realizadas reuniões presenciais e virtuais para oficinas de trabalho e treinamentos.

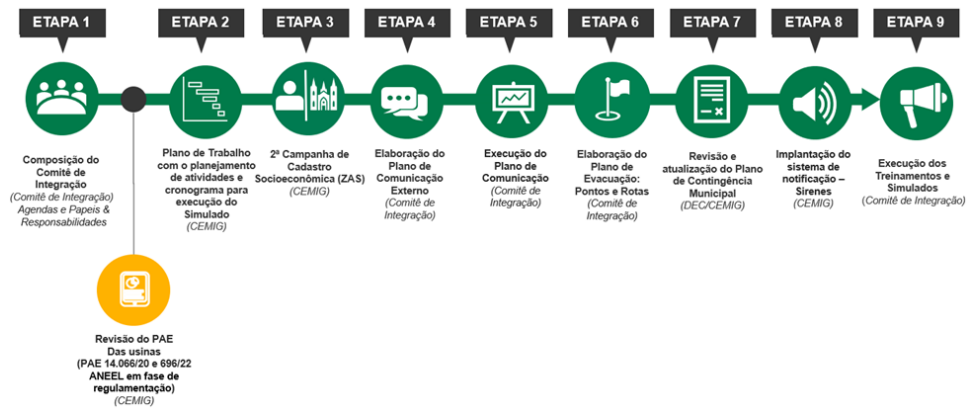
Em 2022, a Cemig continuou trabalhando temas inseridos no tratamento da Lei nº 12.334/2010 (14.066/2020) e Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015, apresentando a estratégia de Alerta/Alarme e meios de comunicação em cenários de emergências em rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas.

Os PAEs também focam na apresentação de riscos de inundação causados por cheias ordinárias, além dos possíveis eventos de ruptura de barragens. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Nos anos de 2020 e 2021, as tratativas dos PAEs das barragens da empresa, junto às Defesas Civas Municipais, foram feitas de “modo individual” e com pauta específica, e usado a bandeira do “Programa Proximidade”. A partir de julho de 2022, a Gerência de Planejamento Energético da CEMIG, como responsável pelo relacionamento com as Defesas Civas Municipais, criou o “Projeto VAMOS”, que concentra uma metodologia dedicada para integração dos PAEs aos PLANCONs, visando a melhoria e uniformização dessas tratativas.

Como etapa inicial foram constituídos CIs- Comitês de Integração do PAE, de cada barragem, fórum multidisciplinar que conta com a representação de vários atores dos municípios, ambiente em que as tratativas dos PAEs passaram a ocorrer de modo grupal. Participam, minimamente, as instituições de interesse direto para o tema, quais sejam, COMPDECs, Defesas Civas Municipais, REDECs (Regionais de Defesa Civil Estadual) e unidades dos CBMMG (Corpo de Bombeiros Militar do Estado de MG), correlatos aos municípios mapeados.

No total foram constituídos 16 CIs que trataram os temas listados na figura abaixo:



Além do plano citado, em especial, também foram executados em 2022:

1. Treinamentos para difusão do App. PROX (App. de Gestão de Riscos)
2. Debates com a comunidade para criação e melhorias do perfil população no App. PROX, visando disponibilização de outros cenários de riscos (incêndios, deslizamentos, enchentes) e melhorias na interatividade para cenários de ruptura de barragens e de cheias (manchas de inundação e proximidade de rotas de fuga e pontos de encontro)
3. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro na ZAS-Zona de Auto salvamento de 03 barragens (remanescentes do ano 2021)
4. Instalação de Sinalização de Alerta (placas Rotas de fuga e Pontos de Encontro) em 05 municípios.
5. Em continuidade das ações de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”) de desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, foram distribuídos, gratuitamente, cerca de 900 aparelhos para a população mapeada e cadastrada na ZAS das barragens das PCHs Cajuru e Piau, nos municípios de Divinópolis, Carmo do Cajuru e Piau. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Ainda no ano de 2022, após 03 anos de paralisação devido às restrições da Pandemia COVID-19, o “Programa Proximidade” retomou a realização de suas reuniões presenciais, com 04 eventos ocorridos (UHes Queimado, Nova Ponte, Emborcação e Irapé). Estes eventos contaram com a participação de cerca de 140 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício no montante de R\$ 10.467 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$ 523 mil para constituição de reserva legal;
- R\$ 4.972 mil para constituição de reserva especial;
- R\$ 4.972 mil para constituição de reserva para investimento;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.920	18.088
Títulos e Valores Mobiliários	4	11.225	826
Consumidores e Revendedores	5	3.648	629
Tributos Compensáveis	6	1.812	-
Fundos Vinculados		202	56
Outros ativos		349	347
TOTAL DO CIRCULANTE		19.156	19.946
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	42	170
Tributos Compensáveis	6	1.126	2.551
Imposto de Renda e Contribuição Social		49	238
Depósitos judiciais	9	847	797
Imobilizado	7	164.005	145.884
Intangível	8	3.291	3.490
Direito de Uso	10	83	79
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		169.443	153.209
ATIVO TOTAL		188.599	173.155

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	14.514	27.150
Encargos Regulatórios	13	2	-
Impostos, Taxas e Contribuições	12	1.141	1.435
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	289	243
Dividendos a pagar		-	1.321
Convênio de compartilhamento		138	22
Passivo de Arrendamento	10	11	10
TOTAL DO CIRCULANTE		16.095	30.181
NÃO CIRCULANTE			
Encargos Regulatórios	13	4	3
Impostos, Taxas e Contribuições	12	169	13
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	12	286	66
Provisões	14	13	13
Passivo de Arrendamento	10	79	73
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		551	168
TOTAL DO PASSIVO		16.646	30.349
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	15		
Capital Social		139.085	97.162
Reserva de Lucros		12.868	3.721
Adiantamento para futuro aumento de capital		20.000	41.923
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		171.953	142.806
PASSIVO TOTAL		188.599	173.155

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	16	14.720	7.504
CUSTOS OPERACIONAIS	17		
Custos com energia elétrica		(2.832)	(5.808)
Custos de operação		(1.444)	(348)
		(4.276)	(6.156)
LUCRO BRUTO		10.444	1.348
DESPESA OPERACIONAL			
Despesas Gerais e Administrativas	17	(286)	(91)
Outras Despesas Operacionais	17	(43)	(16)
		(329)	(107)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico		-	1.482
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		10.115	2.723
Receitas Financeiras	18	1.632	710
Despesas Financeiras	18	(279)	(145)
		1.353	565
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		11.468	3.288
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	19	(781)	(437)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19	(220)	(71)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		10.467	2.780

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	10.467	2.780
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	10.467	2.780

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.402	483	1.779	-	-	3.664
Resultado do Exercício	-	-	-	-	2.780	2.780
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	137.683	-	137.683
Aumento de capital social	95.760	-	-	(95.760)	-	-
Destinação do Lucro Proposta à AGO:	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	139	-	-	(139)	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,0136 por ação)	-	-	-	-	(1.321)	(1.321)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,0136 por ação)	-	-	1.320	-	(1.320)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	97.162	622	3.099	41.923	-	142.806
Resultado do Exercício	-	-	-	-	10.467	10.467
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	20.000	-	20.000
Aumento de capital social	41.923	-	-	(41.923)	-	-
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R\$0,0136 por ação)	-	-	(1.320)	-	-	(1.320)
Destinação do Lucro Proposta à AGO:	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	523	-	-	(523)	-
Reserva especial	-	-	4.972	-	(4.972)	-
Reserva para investimento	-	-	4.972	-	(4.972)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	139.085	1.145	11.723	20.000	-	171.953

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	10.467	2.780
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	220	71
Varição monetária sobre depósitos judiciais	(49)	(14)
Depreciação e Amortização	266	115
Amortização direito de uso	3	3
Juros Passivo de Arrendamento	11	10
Varição monetária de tributos compensáveis	-	(68)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	-	(1.482)
	10.918	1.415
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(3.019)	(629)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	189	1.341
Tributos Compensáveis	(387)	(790)
Outros	(12)	(320)
	(3.229)	(398)
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores	(12.636)	27.118
Impostos, Taxas e Contribuições	(138)	1.394
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	658	390
Encargos Regulatórios	3	(31)
Transações com Partes Relacionadas	116	4
Outros	7	6
	(11.990)	28.881
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.301)	29.898
Imposto Renda e Contribuição Social pagos	(612)	(141)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.913)	29.757
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários	(10.272)	(996)
Em Fundos Vinculados	(146)	(56)
Em Imobilizado	(18.185)	(70.519)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(28.603)	(71.571)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.000	60.200
Arrendamentos pagos	(11)	(9)
Dividendos pagos	(2.641)	(294)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	17.348	59.897
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(16.168)	18.083

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	18.088	5
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	1.920	18.088
	(16.168)	18.083

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Companhia” ou “Poço Fundo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT, constituída em 06 de abril de 2001, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, Subsolo 1, Sala 7, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

Em 2021, a ANEEL anuiu a transferência da Cemig GT para a Cemig Geração Poço Fundo da titularidade da concessão da Pequena Central Hidrelétrica Poço Fundo. O Contrato de Concessão 001/2021 foi assinado em abril de 2021.

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. tem por objeto social a produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através da PCH Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo, estado de Minas Gerais.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a UHE Poço Fundo, o prazo de extensão foi o máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias), com novo fim da concessão previsto para 05/2052. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

Em 2022 entraram em operação duas unidades geradoras ampliando a potência instalada da usina para 30 MW.

O empreendimento entrou em operação com três meses de antecedência em relação ao prazo estabelecido para o início do suprimento da energia comercializada pela Companhia no Leilão Aneel 03/2019, decorrente da ampliação da usina.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 02 de maio de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e revendedores (Contas a receber não faturado);
- Nota 7 – Ativos financeiros da concessão;
- Nota 8 – Operações de arrendamento mercantil;

- Nota 9 – Imobilizado e vidas úteis de ativos
- Nota 17 – Receita (Fornecimento não faturado de energia elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023
CPC 32 – Tributo diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	Restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento.	01/01/2023

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas

Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

2.7. Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

2.8. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas Bancárias	28	42
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	18.007
Overnight	1.892	39
TOTAL	1.920	18.088

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que não apresentou registro em 2022 e foi de 65% do CDI em 31 de dezembro de 2021, conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa que variou de 13,62%a.a a 13,64%a.a. em 31 de dezembro de 2022 (8,87% e 9,14% em 31 de dezembro de 2021).

Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia. Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	1.233	48
Letras Financeiras - Bancos	7.341	682
Letras Financeiras do Tesouro	2.587	86
Debêntures	64	10
	11.225	826
Não Circulante		
Letras Financeiras - Bancos	-	168
Debêntures	42	2
	42	170
Total	11.267	996

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que foi de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021)

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 103,3% e 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (entre 105,00% e 130,00% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia

possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 20 dessas Demonstrações Financeiras.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de consumidor	Saldos a vencer		Total	
	Faturado	Não faturado	2022	2021
Fornecimento industrial	-	3.648	3.648	-
CCEE	-	-	-	629
Total	-	3.648	3.648	629

Prática contábil

As contas a receber de consumidores e revendedores são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

a) Impostos, taxas e contribuições a compensar

	2022	2021
ICMS	1.059	820
Pis/Pasep e Cofins	1.879	1.731
Total	2.938	2.551

Circulante	1.812	-
Não Circulante	1.126	2.551

(1) Créditos oriundos da reversão do PIS/Pasep e da Cofins, pela exclusão do ICMS da base de cálculo dos respectivos tributos.

b) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2022	2021
Não circulante		
Imposto de renda	9	131
Contribuição social	40	107
Total	49	238

7. IMOBILIZADO

Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação %	2022			2021		
		Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		5.368	(4.011)	1.357	5.368	(3.947)	1.421
Custo Histórico	3,33%*	5.368	(4.011)	1.357	5.368	(3.947)	1.421
Em curso		162.648	-	162.648	144.463	-	144.463
Geração		162.648	-	162.648	144.463	-	144.463
TOTAL		168.016	(4.011)	164.005	149.831	(3.947)	145.884

*3,33% em 2022 e 5,78% em 2021.

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2021	Aporte (1)	Valor bruto em 31/12/2022	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2022
Terrenos	24	-	24	-	24

Reservatórios, barragens e adutoras	906	-	906	(828)	78
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.437	-	1.437	(1.430)	7
Máquinas e equipamentos	2.983	-	2.983	(1.735)	1.248
Veículos	2	-	2	(2)	-
Móveis e utensílios	16	-	16	(16)	-
Total	5.368	-	5.368	(4.011)	1.357

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2020	Aporte (1)	Valor bruto em 31/12/2021	Deprec. acum.	Valor Líquido em 31/12/2021
Terrenos	-	24	24	-	24
Reservatórios, barragens e adutoras	-	906	906	(824)	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	1.437	1.437	(1.430)	7
Máquinas e equipamentos	72	2.910	2.983	(1.675)	1.307
Veículos	-	2	2	(2)	-
Móveis e utensílios	14	2	16	(16)	-
Total	86	5.281	5.368	(3.947)	1.421

Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2021	Adições	Baixas	Aporte	Valor bruto em 31/12/2022
Máquinas e equipamentos	25.624	13.514	-	-	39.138
Outros	118.839	4.671	-	-	123.510
Total	144.463	18.185	-	-	162.648

Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições	Baixas	Aporte	Valor bruto em 31/12/2021
Máquinas e equipamentos	-	24.235	-	1.390	25.625
Reservatórios, barragens e adutoras	-	19.679	-	-	19.679
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	4.455	-	-	4.455
Adiantamentos a fornecedores	-	22.150	-	72.555	94.705
Total	-	70.519	-	73.945	144.464

- (1) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão.

Prática contábil

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

8. INTANGÍVEL

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e suas subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a

Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$1.482.

Intangível	2022			2021		
	Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço	4.836	(1.545)	3.291	4.836	(1.346)	3.490
Ativos da concessão - GSF	1.482	(71)	1.411	1.482	(24)	1.458
Servidões	1.475	-	1.475	1.475	-	1.475
Direito de uso de bem público	1.879	(1.474)	405	1.879	(1.322)	557
Total	4.836	(1.545)	3.291	4.836	(1.346)	3.490

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2021	Adições	Aporte	Valor bruto em 31/12/2022	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2022
Ativos da concessão - GSF	1.482	-	-	1.482	(71)	1.411
Servidões	1.475	-	-	1.475	-	1.475
Direito de uso de bem público	1.879	-	-	1.879	(1.474)	405
Total	4.836	-	-	4.836	(1.545)	3.291

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições	Aporte (1)	Valor bruto em 31/12/2021	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2021
Ativos da concessão - GSF	-	1.482	-	1.482	(24)	1.458
Servidões	-	-	1.475	1.475	-	1.475
Direito de uso de bem público	-	-	1.879	1.879	(1.322)	557
Total	-	1.482	3.354	4.836	(1.346)	3.490

- (1) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de

energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Poço Fundo	1.482			
PCH Poço Fundo	1.482	29/05/2045	7,0	27/05/2052

Prática contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2022	2021
Obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	847	797
Total	847	797

Os depósitos vinculados a litígios referem-se a contingências de obrigações fiscais - exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins.

10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para o seguinte contrato que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em 2022, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		

Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04

Contratos celebrados em 2019 e 2022		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	75	75
Remensuração	7	7
Amortização	(3)	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	79	79
Amortização	(3)	(3)
Remensuração	7	7
Saldos em 31 de dezembro de 2022	83	83

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2020	76
Juros incorridos	10
Arrendamentos Pagos	(9)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1)
Remensuração	7
Saldos em 31 de dezembro de 2021	83

Juros incorridos	13
Arrendamentos Pagos	(11)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2)
Remensuração	7
Saldos em 31 de dezembro de 2022	90
Passivo circulante	11
Passivo não circulante	79

11. FORNECEDORES

	2022	2021
Suprimento e Transporte de Energia	210	0
Materiais e Serviços (1)	14.304	27.150
TOTAL	14.514	27.150

(1) Houve ampliação da potência instalada da PCH Poço Fundo. Com isso, em 2021 houve aquisições de materiais e serviços no para esta ampliação.

12. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2022	2021
Circulante		
ICMS	2	363
COFINS	138	41
PASEP	28	7
INSS	873	940
ISSQN	45	74
Outros	55	10
	1.141	1.435
Não circulante		
COFINS	139	11
PASEP	30	2
	169	13
TOTAL	1.310	1.448

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2022	2021
Circulante		
Imposto de Renda	152	207
Contribuição Social	137	36
TOTAL	289	243

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Não Circulante		
Imposto de Renda	209	57
Contribuição Social	77	9
TOTAL	286	66

Prática contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro presumido de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando

então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

13. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2022	2021
Passivo		
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3	3
	6	3
Circulante	2	-
Não Circulante	4	3

14. PROVISÕES

	2021	Adições	Reversões	Liquidações	2022
Honorários de êxito	13	-	-	-	13
Total	13				13

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 139.085 (R\$97.162 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 139.084.895 (cento e trinta e nove milhões, oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco) ações ordinárias (97.161.578 em 31 de dezembro de 2021), nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Aumento de capital de social

Em 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, houve o aumento de capital social, no montante de R\$41.923, sendo R\$40.000 decorrentes de integralização de AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital), e o restante, R\$1.923 através de ativo, no valor remanescente para totalizar o valor do laudo de Avaliação do ativo da PCH Poço Fundo.

a) Reservas

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2022	2021
Reserva legal	1.145	622
Reserva especial	4.972 -	
Reserva para investimento	4.972 -	
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	-	1.320
Reserva de dividendos não distribuídos	1.779	-
	12.868	1.942

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$523 de reserva legal em 2022, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R\$4.972, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	10.467	2.780
Reserva legal	(523)	(139)
	9.944	2.641
Dividendo obrigatório	-	1.321
Dividendos obrigatórios	-	1.321
Dividendos adicionais propostos	-	1.320
Reserva Especial	4.972	-
Reserva para investimento	4.972	-
Total dos dividendos	-	2.641

Destinação do resultado de 2022 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício no montante de R\$ 10.467 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$ 523 mil para constituição de reserva legal;
- R\$ 4.972 mil para constituição de reserva especial;
- R\$ 4.972 mil para constituição de reserva para investimento;

16. RECEITA

	2022	2021
Receita operacional bruta	15.310	7.788
Deduções à receita operacional	(590)	(284)
Receita operacional líquida	14.720	7.504

	2022	2021
PIS/Pasep	(100)	(51)
Cofins	(459)	(233)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(31)	-
Total das deduções à receita operacional	(590)	(284)

Prática contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica.

O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos com energia elétrica

	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	(798)	(5.749)
Encargos de uso da rede básica de distribuição	(2.034)	(59)
	(2.832)	(5.808)

Custos de operação

	2022	2021
Serviços de terceiros (a)	1.136	222
Depreciação	263	115
Outros custos operacionais	45	11
	1.444	348

(a) O montante apresentado em 2022, é composto substancialmente de convênio de compartilhamento R\$448 mil e manutenção e conservação R\$417 mil.

Despesas operacionais

	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	286	81
Outras despesas operacionais	43	16
	329	97

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	1.434	374
Variação monetária de depósitos judiciais	49	14
Outras Variações monetárias	-	68
Atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	113	37
Rendas de antecipação de pagamento	30	47
Outras Receitas Financeiras	6	170
	1.632	710
Despesas Financeiras		
Atualização financeira - Apuração IR/CSLL por estimativa	(173)	(118)
Juros Passivo de Arrendamento	(11)	(10)
Outras	(95)	(17)
	(279)	(145)
RESULTADO FINANCEIRO	1.353	565

Prática contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Total	12.026	12.026
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	962	1.443
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	1.081	1.081
Outras Receitas Financeiras	198	198
Base de Cálculo	2.241	2.722
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	336	245
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	200	0
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	536	245
Rendas de aplicações não resgatadas	353	353
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	88	32
Receita por competência diferida	3.287	3.287
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	263	394
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	66	36
Amortização Custo GSF Diferido	(47)	(47)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(4)	(6)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(1)	(1)

Corrente	536	245
Diferido	153	67

Prática contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Convênio de compartilhamento (1)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	138	138	-	-	(221)	(63)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	2.123	22	-	-	(2.669)	(77)
Operações com energia elétrica (3)								
Cemig Distribuição	-	-	9	9	-	-	(2.029)	(61)
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	1.321	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.892	39	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	11.225	826	-	-	395	13	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	42	170	-	-	-	-	-	-

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões

ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Poço Fundo aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 0,62% em 31 de dezembro de 2022 (0,05% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	44	3
Participação nos resultados	9	-
Previdência privada	1	-
Total (1)	54	3

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e Revendedores		3.648	3.648	629	629
Títulos e Valores Mobiliários		1.612	1.612	523	523
Depósitos judiciais		847	847	797	797
		6.107	6.107	1.949	1.949
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	1.892	1.892	18.007	18.007
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2	1.233	1.233	48	48
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	5.835	5.835	339	339
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	2.587	2.587	86	86
Debêntures	2	-	-	-	-
		11.547	11.547	18.480	18.480
		17.654	17.654	20.429	20.429
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(14.514)	(14.514)	(27.150)	(27.150)
Passivo de Arrendamento		(90)	(90)	(83)	(83)
		(14.604)	(14.604)	(27.233)	(27.233)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa

descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual, junto aos seus consumidores, buscando reduzir a inadimplência.

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado,

sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	14.494	20	-	-	-	14.514
Passivo de Arrendamento	1	2	9	48	30	90
TOTAL	14.495	22	9	48	30	14.604

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-04

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Poço Fundo, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2022, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 20 de junho de 2023.

Paulo César Teodoro Bechtluft

Ronald Gastão Andrade Reis



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Cemig Geração Poço Fundo S.A.
Belo Horizonte- MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Poço Fundo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Poço Fundo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 02 de Maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7